

# **ESTRATÉGIAS DA COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE GERATIVA**

*Por \*Raquel Paiva*

**O trabalho apresenta como proposta de ação política e midiática na contemporaneidade ao conceito de COMUNIDADE GERATIVA. Trata-se do conjunto de ações norteadas pela preocupação com o bem comum, especialmente no momento em que se detecta a falência dos projetos políticos voltados para as formas do Estado liberal clássico. Esta perspectiva vigora no ambiente do multiculturalismo e da globalização e, principalmente do estado mínimo.**

**Esta ponencia presenta el concepto de COMUNIDAD GENERATIVA como propuesta de acción política y mediática. Trata-se de um grupo de acciones volcadas hacia da preocupación com el bien común, sobretudo em el instante histórico de falência de los proyectos políticos articulados com las formas del Estado liberal clásico. Esta perspectiva adquiere su vigor em la ambienca del multiculturalismo y de la globalización.**

# COMUNIDADE GERATIVA

Raquel Paiva

Alguns itens nos permitem vislumbrar um panorama do mundo atual com sua marca mais definitiva – a instabilidade – e o que constituiria um desenho mais próximo de um prognóstico para os próximos anos. Dentre eles, pode-se recorrer aos seguintes dados:

- Na maior economia do planeta, os Estados Unidos, ( com um total de 250 milhões de habitantes), cerca de 26 milhões de pessoas mudam de emprego a cada ano e 42 milhões de pessoas mudam de casa, sendo que um terço sai da cidade.
- Na Inglaterra e nos Estados Unidos, um em cada dois casamentos um termina em divórcio. No Brasil a marca é de um em cada quatro.
- Na lista dos 400 americanos mais ricos, produzida pela revista Forbes, possui 10% de novos integrantes anualmente.

O que estes dados demonstram é que na atualidade nada parece sobreviver muito tempo. Tudo é de uma enorme volatilidade e isto não tem poupado nem mesmo instituições propiciadoras de identidade como a escola, o trabalho e a família. Mesmo os governos, os regimes e partidos políticos e as religiões portam a marca da instabilidade e da proliferação, gerando uma indiscutível e profunda desvinculação dos indivíduos aos seus territórios – entendido aqui como o espaço ecológico e cultural – e, conseqüentemente, com os seus pares.

Neste sentido, assume o valor de uma profecia o que dizia o filósofo alemão, neo-marxista, Marcuse, no seu livro “Cinco Conferências”, publicado em 1970, ao declarar que “hoje temos a capacidade de transformar o mundo em um inferno e estamos a caminho de fazê-lo. Mas também temos a capacidade de fazer exatamente o contrário”. E é, exatamente neste hiato, nisto que poderíamos até mesmo entender como a “última tentativa”; que se apresenta como projeto político, ecológico, existencialista - no entendimento da conviviabilidade necessária entre os povos – também como projeto de vinculação identitária, educacional e , principalmente, assume o estatuto de uma proposta a ser engendrada pela área

específica da comunicação é que está o que definimos por **COMUNIDADE GERATIVA**.

Por comunidade gerativa, queremos designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea -- a falência da “política de projetos”, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita --- produz a busca de alternativas. E, dentre elas, a da atuação de uma política gerativa, ou seja a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade. Isto porque o modelo neoliberal produziu um Estado mínimo, praticamente incapaz de atuar no que até então se entendia como do âmbito de suas próprias e intransferíveis atuações, como por exemplo as da saúde, educação, habitação, segurança, etc.

Tal perspectiva, entretanto, está longe de definir-se por localista -- de sentido exclusivista e ultra-nacionalista -- mesmo porque se considera necessário a atuação no ambiente do multiculturalismo e da velocidade informacional, que define a atualidade. Por esta razão, sua implementação envolve também uma forma específica de atuação nos meios de comunicação -- dos tradicionais e dos novíssimos --, bem como uma reformulação do modelo de produção e formação profissional vigentes. É importante, neste contexto, o entendimento de que não se trata de uma panacéia, para tanto é preciso procurar compreender, de uma maneira bastante ampla e através de uma vasta gama de disciplinas, que o caráter do Estado mudou inexoravelmente.

A comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social e à razão instrumental que definem a política centrada no mercado e no predomínio de um Estado gerencial e burocrático. Trata-se, portanto de uma reinterpretação da conceituação do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial --que engendra a preocupação com o patrimônio cultural. Estão ainda presentes nessa proposta aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas que passam a ser o enfoque central de diversos estudiosos da atualidade --- como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade.

Diante desse horizonte de incerteza, e agarrando-se ao fragmento do pensamento do qual o filósofo alemão é apenas um exemplo -- o de que podemos, de fato, intervir e compor uma estrutura menos massacrante e por meio da qual seja possível produzir realmente um futuro --

pode-se constatar que no mundo inteiro, nos países desenvolvidos e nos ditos periféricos, têm surgido diversos teóricos, ativistas, instituições não governamentais e até acordos entre grupos com interesses específicos e instâncias institucionais. Todos trazem a marca da proposta de resgate de projetos que foram, ao longo da história da humanidade, sendo relegados a um segundo plano em prol de uma proposta desenvolvimentista, uma idéia de progresso norteada basicamente pela incompatibilidade entre a maior produtividade e os valores indispensáveis à existência humana.

Atualmente, são diversos os nomes que se poderia citar envolvidos com esta perspectiva; como também são numerosos aqueles que a consideram uma idéia de segunda linha, principalmente por estar aportada (esta é, certamente, uma visão reducionista) à concepção saudosista de um suposto paraíso perfeito e perdido, ou ainda -- e o que é pior -- claramente relacionada aos propósitos próprios da tradição. E a tradição, no mundo marcado pelo fluxo intermitente das mais variadas culturas, traz consigo o lado sombrio do fundamentalismo.

O filósofo italiano Gianni Vattimo, atualmente também deputado membro do Parlamento Europeu, já apontava há algum tempo, em várias de suas conferências e artigos, que o grande desafio atual seria a produção de um sistema que permitisse à humanidade conviver, de maneira igualitária e respeitosa uns com os outros e com o meio ambiente. Um desafio que ele apontava ser mesmo a grande e única questão filosófica da contemporaneidade. Nesta idéia está implícito o propósito do diálogo, porque no fundamentalismo, entendido como a tradição defendida de forma tradicional, o que se visibiliza na ordem cosmopolita atual é a recusa do diálogo.

A inserção desse viés comporta a premência em se entender a sociedade em sua globalidade. Pode-se recorrer, a título de exemplificação, às propostas como a do filósofo americano Michael Walzer do “indivíduo-hifenizado” (algo como resultado de uma imensa miscigenação cultural, religiosa, familiar, engendrada em grande parte pela mídia) ou ainda a que pretende a criação de uma “nova cultura da associação”, defendida pelo professor e dirigente do Departamento de Análise e Previsão da UNESCO Jérôme Bindé. Na verdade, o que se busca é uma resposta capaz de se contrapor ao propósito de standardização pelo qual a globalização responde. Isto significa explicitamente e principalmente uma oposição ao seu argumento mais feroz – apresentado normalmente como parte um esquema dissimulado e por isto mesmo bastante ativo e eficaz -- aquele que pretende a todo custo a estetização do

outro.

Diante da meta maior que engendra a própria possibilidade de futuro da humanidade, algumas dicotomias clássicas, como de direita ou de esquerda, passam a assumir um contorno bastante anacrônico. Isto porque, com o processo de globalização as ordens mesclam-se, porque, se por um lado constata-se a expansão planetária do mercado e da técnica sob o signo do capitalismo, por outro parte a democracia ocidental afirma-se com uma nova centralização de atração tecnocrática que funde a esquerda cultural com a direita econômica. E, em termos de política externa, há uma fusão entre pacifismo moral e intervencionismo militar baseado no princípio de ingerência humanitária. Configura-se assim o desenho de um Estado ético mundial, com caráter de assistente moral e militar da globalização.

Ora, esta configuração enfraquece os espaços da democracia e da liberdade, porque reduz de fato a possibilidade de escolha entre as diferentes opções políticas. E tende a excluir ou convenções, culturas, idéias e diversidades que não são reconhecidas dentro de uma determinada cultura. Por outro lado, surge a realidade com as suas crises, e esta paisagem induz muitos teóricos a redesenharem o bipolarismo fora dos âmbitos políticos e dos sistemas eleitorais em uma chave fortemente valorada: a alternativa, que se aproxima cada vez mais, entre universalismo e tribalismo. É evidente que, colocado nestes termos, a priori se atribui à primeira alternativa um valor positivo e ao segundo, negativo. Em seguida, atribui-se à primeira a vocação e o destino do Ocidente, prefigurando um cenário unidirecional; ao passo que a segunda acompanha a ameaça que recobre o resto do mundo e a periferia ocidental, caso não se convertam à idéia do Ocidente e do seu modelo.

Ao universalismo, naturalmente, atribui-se a democracia, o respeito aos direitos humanos, a liberdade; ao tribalismo, a sua negação. Porém, é preciso saber considerar que o localismo aparece hoje como uma espécie de subproduto do universalismo, um tipo de filho desviante, quase um efeito colateral. Frequentemente, o tribalismo é usado pela globalização para penetrar na soberania nacional. Trata-se, portanto de uma alternativa desequilibrada, na qual um polo é frágil no que se refere aos planos dos valores, da força e da autonomia cultural para respeito à alteridade, sendo mesmo uma indesejável excrescência. Em resumo, um bipolarismo concluído ou provisório, que não sugere a idéia de uma recíproca legitimação quanto ao propósito de eliminação progressiva do segundo polo, retardando-se em respeito à racionalidade “monoteísta” do novo **ethos** mundial. Na realidade, as convulsões do final do

milênio não falam simplesmente da pulsão “tribal”( e, por isso, do ‘revival’etnico-religioso integralista ou nacionalista), mas do curto-circuito entre mundialização e tribalismo, entre ausência de soberania reconhecida e pretensa soberania, e no plano cultural entre o niilismo e o fanatismo.

Assim, os resíduos integralistas do passado adquirem uma virulência própria da sua transformação ideológica, ou seja, no seu contágio ‘ocidental’. Muitos dos nacionalismos e muitos integralismos religiosos insurgem-se nos cenários em que sua identidade é negada, com a pátria deprimida, reprimida às vezes por modelos alheios, que lhes imprimem uma visão de reducionismo cultural. Em resumo, um ambiente propício para a agressividade e frustração alimentarem-se.

Poderia ser possível chegar ao pensamento de que o universalismo seja o efeito positivo de uma causa negativa ( a perda da identidade, a desvinculação) e que o tribalismo seja, ao contrário, um efeito negativo de uma causa positiva ( a defesa da identidade e da vinculação). Na realidade, estaríamos usando um par de conceitos desiguais, que não podem ser utilizados na categoria da política e da democracia. Então, a tentativa é ultrapassar o enigma proposto pelo milênio, não desvalorizando nenhum dos dois termos da questão, mas aproximando-se com sabedoria de cada uma das partes, como uma melhor forma de tentar compatibilizar a democracia e as categorias políticas. Isto porque, na realidade o antagonismo é realmente entre “liberal” e “comunitário”.

É uma alternativa que vem representada de forma sempre polêmica e contingente, como por exemplo o conflito entre oligarquia e populismo, para utilizar duas expressões desvalorizadas na atualidade. Ou então entre internacionalistas e identitários, entre cidadãos do mundo individual-cosmopolita e os ‘patriotas’, ou ainda entre universalistas e localistas.

A atitude mais acertada é procurar aproximar-se do núcleo teórico de ambas as alternativas. Afinal o que é liberal? Liberal, na cultura continental européia, evoca uma tradição de história e de pensamento que se entrelaça com o nacionalismo e o patriotismo, com o hegelianismo e o Estado ético e economicamente intervencionista, da direita histórica, o conservadorismo, o anticomunismo, a preferência “humanística” sobre a cultura empírica e científica. Liberal, por outro lado, evoca a tradição anglossaxônica na sua combinação entre empirismo metodológico e idealismo moral, que opõe liberal ao conservador e assume internamente opção progressiva e democrática de esquerda, até a acolher como companheiros

de percurso também os radicais e os comunistas, não apenas os ex ou o pós.

Nesta interpretação, deduz-se como propósito do liberal a idéia de emancipação, de liberação das ligações, no projeto de uma humanidade liberada. Uma idéia que se conjuga com a desterritorialização, a supressão dos confins, enfim, o universalismo. Liberal, portanto, é aquele que postula a emancipação do indivíduo dos vínculos sociais, territoriais, familiares, tradicionais. A cultura liberal é um projeto entre individualismo e internacionalismo, com o propósito de formar o cidadão do mundo. A sua ação política persegue a idéia de perseguir a realidade: é preciso modificar a existência que não seja fruto do destino ou dos desígnios da providência, porém é pura casualidade, jogo fortuito das combinações, loteria, injustiça a ser removida.

A incidência da “natureza” como origem aparece reduzida: seja porque a cultura é concebida como emancipação da natureza, da origem,; seja porque o que define a natureza é freqüentemente para o liberal somente estratificação histórica, projeção de um domínio cultural, convenção acumulada pelo tempo. Pode-se dizer que o liberal seja projetado na dimensão do possível, do não ainda, portanto do futuro. Porém se poderia também supor, criticamente, um sentido oposto: o liberal na realidade é já antagônico em si mesmo, na origem, de fato se exaure sua luta por combater e negar sua existência: combate com a cabeça voltada para as costas.

Do outro lado, quem são os comunitários? Existe de um lado um pequeno mundo cultural que se define como comunitário, em direção ao qual confluem autores da nova direita, ambientalistas, católicos, ou provenientes da nova esquerda; e da outra parte uma sensibilidade comunitária difusa e espontânea. Porém, não existe entre estas duas tendências um movimento verdadeiramente comunitário: existe um sentir comum de um lado e uma teoria intelectual do outro e, no meio, o vazio. Frequentemente, a referência teórica principal parte dos comunitaristas americanos que nos últimos anos têm levantado questões comunitárias, contrapondo-se a opções liberais, em alguns casos misturando ambas. Alguns de procedência variada, conservadores ou até radicais. Neste filão cultural do comunitarismo, participam ainda a nova direita e a nova esquerda com o pensamento antiutilitarista, humanístico e espiritualístico. Qual é o fio condutor entre eles? O fio condutor é a primazia do nós, a força da comunidade, das raízes, das ligações sociais, da visão religiosa da vida social e política.

Tentemos agora definir um núcleo do comunitarismo através de seu sentido de radicalidade em um horizonte social e cultural assumido como projeto comum , plural e significativo. Comunitário é quem confere valor à identidade, à proveniência , portanto , à origem: a via que conduz às raízes como às tradições. Comunitário é quem confere valor às relações sociais , religiosas, familiares e nacionais. Para o comunitário, a ligação não é a cadeia que o aprisiona e que limita sua liberdade , mas , ao contrário ,o fio que o liga aos outros e o sustenta. Comunitário é quem reconhece o seu lugar originário, assumindo-o como sua pátria; para ele não é insignificante ou fortuita a sua origem ou seu destino e suas relações.

Diante deste panorama, o que o liberal vê como fruto de uma loteria do acaso, o comunitário vive como evento significativo, e até um desígnio do destino ou de uma providência. A realidade não é, então, uma possibilidade entre aquelas dos quais se quer libertar, mas é aquilo que o define, o identifica, o chama a um papel e a um sentido. O comunitário, enfim, é aquele que confere importância ao sentir comum, aos ritos e costumes de um povo, não como uma visão sociológica ou folclórica, mas vital como modelo de referência para orientar-se.

Se por um lado o liberal procede no futuro combatendo contra o passado , a natureza e a origem , o comunitário procede sentindo-se vinculado às raízes do passado. As relações com a tradição o induzem a confiar na transmissão das suas crenças. Seria possível definir uma diferença entre liberal e comunitário sabendo que a realidade não apresenta nunca modelos claros e distintos , mas procede por contaminação e contradições, talvez seja possível fazer uma distinção definindo o que seja prevalentemente liberal e o que seja prevalentemente comunitário.

Escolher entre uma ou outra opção significa aceitação de prejuízos, ou seja, não é possível uma escolha comunitária que não reconheça em torno de si o âmbito das regras liberais. E essa premissa enfraquece, portanto, o bipolarismo, não podendo haver um valor constitutivo absoluto. Sinteticamente, poderíamos dizer que as possíveis degenerações de uma escolha liberal seriam a prevalência de um individualismo calcado no egoísmo e na solidão, o advento de um perigoso niilismo social, a morte da Política e da sociedade, em direção a um universo global dominado pelos senhores da técnica e das finanças, por meio dos centros de poderes oligárquicos transnacionais, surgidos da uniformidade global, com



ausência de valores superiores e de visão comum.

Quais seriam, por outro lado, as possíveis degenerações de uma escolha comunitária? O populismo e o autoritarismo poderiam também reacender os ódios atávicos, étnicos, religiosos, nacionais, ou seja, o universo racional relegado pelo universo mítico-emocional. Em ambas as formas degeneradas, pode haver o risco final de um despotismo global: o primeiro ligado ao niilismo e à uniformidade global e o segundo ligado ao autoritarismo e ao fundamentalismo. E ainda de ambos pode surgir o perigo de um conflito radical, fundado sobre o projeto de eliminação do inimigo absoluto da liberdade e da comunidade, da humanidade ou da verdade, da razão ou da tradição. Enfim, pode-se chegar ao racismo através das duas versões, seja por analogia ou contraposição.

Continua como questão o antagonismo possível: um modo para pensar o futuro fora do determinismo do modelo único, do único pensamento, da história com um único sentido. É preciso recuperar a conflitualidade da política para garantir a liberdade e o respeito das diferenças, e principalmente trata-se de trazer para dentro das regras de respeito e de legitimação recíproca e de uma comum cidadania.

Entretanto, a proposta da COMUNIDADE GERATIVA não desconhece este ambiente em que o liberalismo é a nota predominante, mas promove uma postura ativa a ser adotada. Inicialmente, é importante procurar delimitar com clareza a distinção que se estabelece entre os termos propostos, em especial a COMUNIDADE. Isto porque, à primeira vista, a conexão que se elabora lhe imprime um aspecto praticamente incompatível com a ordem geral de velocidade e fluxos informacionais altamente especializados. À idéia de comunidade, de certa forma agrega-se apenas uma de suas possibilidades, a da vinculação espacial, surgindo portanto como força oposta o propósito de enfocar-se o particular, ou seja o **localismo**. Assim, entende-se que necessariamente está se falando de uma proposta de vinculação e pertencimento, um comunitarismo, que evidentemente engendra ordens bastante diferentes da regra vigente do MUNDO GLOBAL.

Entretanto, é preciso, antes de tudo, destacar que se entra em uma área preocupada em definir com precisão do que se está falando e, principalmente, evidenciar que, ao se evocar esta proposta, lança-se mão obrigatoriamente de outros interesses e estruturas. Inicialmente, é prudente esclarecer que atualmente vive-se um momento em que o **termo comunidade** presta-se para designar uma diversidade de situações, em especial a que se refere aos grupos

com objetivos ou interesses específicos. Por esta razão, o termo se liga a agrupamentos de todos os tipos. Comunidade é um termo amplo que se presta para definir quase tudo, desde as comunidades universitária, médica, teatral, das escolas de samba, comunidade européia, dos deficientes físicos, também as religiosas, toda sorte de minorias e até mesmo a virtual e a global.

Em resumo, aqui a preocupação centra-se numa perspectiva que pretende entender a **idéia do comunitarismo e analisar as possibilidades de operacionalização do conceito na atualidade**, não como uma proposição antagônica ao globalismo. Isso porque à globalização, entendida como processo de desenvolvimento do capitalismo, não é possível fugir ou fazer frente. Por outro lado, não há como não reconhecer que o mundo globalizado faz um chamamento para mudanças **epistemológicas** em várias disciplinas.

Em linhas gerais, a globalização caracteriza-se por uma abertura global dos mercados e ao afastamento do Estado da formulação de políticas que interfiram neste processo:

Ideologicamente e, de maneira bastante sintética, a proposta é de estabilização econômica, abertura comercial, mobilidade de capitais e desestatização.

Concretamente o que tem se constatado é a centralização de capital nas mãos de corporações transnacionais, de banqueiros e de grandes especuladores, as já vulgarmente conhecidas fusões.

O que nos interessa, em particular, é a análise das relações que se estabelecem entre as pessoas, as novas configurações que assumem por exemplo o trabalho e o papel fundamental da educação. É instigante e não deixa de ser inovadora no horizonte da individualização a proposta do professor italiano Domenico De Masi, que aliás no ano passado proferiu uma série de palestras no mundo, um número razoável no Brasil, inclusive alcançando a mídia. De Masi prega o trabalho conjunto, mesmo entre grupos que se apresentem fisicamente distantes. A sua idéia merece destaque aqui exatamente por estar baseada num dos pressupostos que foram deixados de lado pelo projeto do progresso, ou seja, a idéia de ser básico para nossa era a criatividade. Os motivos são claros, somente assim poderemos encontrar saídas possíveis para o mundo (que alie o humano ao desenvolvimento tecnológico). E a criatividade, segundo ainda o teórico italiano, pauta-se por dois pilares: a fantasia e a concretude.

Uma nova visão do trabalho, alijada do propósito do lucro excessivo, da mais-valia e

da exclusão social pode estar calcada nesta proposta que consegue, por outro lado contemplar as produções do mundo atual. Em particular a educação, que privilegiou a racionalidade, em detrimento da fantasia. Por isto, a sua idéia dos “gênios coletivos”, clonados a partir simplesmente do trabalho grupal em que se reuniriam pessoas com características racionais e fantasiosas. E para mostrar que é um projeto realizável ele descreve alguns desses “grupos criativos” existentes na Europa no período de 1850 a 1950.

Um outro aspecto, para complementar essa rápida abordagem sobre o mundo atual, vale citar que desde a década passada organismos internacionais começaram a preocupar-se com o **lado sombrio da globalização**. Esse lado, além de trazer como diferencial a horda dos excluídos, também tem sido responsável pelo florescimento de dois mercados, que constituem, sem dúvida alguma, um diferencial --- são eles o narcotráfico e o mercado de armas. Esses componentes são responsáveis pelo desenho de um dos cenários mais trágicos traçados para a humanidade.

E, como proposta, começou a entrar em pauta a preocupação com a GOVERNABILIDADE. Em 1990, foi criada em Estocolmo uma comissão para Gestão dos Assuntos Públicos Mundiais e há poucos anos decidiu-se por lançar um informe, que leva o título “Nossa comunidade global”. Há representantes de diversos órgãos, desde universidades, sindicatos, ongs, organismos da ONU e, cientes das várias facetas do processo global, destacam a necessidade de se procurar a **governabilidade**, menos pelo enfoque da coerção social preconizado na década de 80, mas calcados na crença de que todos devem unir-se em prol do bem comum. Entretanto, é preciso destacar que o movimento é coercitivo apenas, além da disposição de assumir verdadeiramente o controle governamental nos países periféricos, sem contudo assumir os ônus que um Estado deve ter para com seu povo.

Esse panorama tem como preocupação a de nos situar em fase de compreensão de que temos atualmente uma ordem preocupada excessivamente em atender as lógicas de um mercado ávido em satisfazer os desejos de **consumo** de uma minoria, ao lado da qual cresce, à margem, um número cada vez maior de excluídos.

E essa exclusão passa por várias estruturas que afetam diretamente o social assim como o **trabalho**. Considerando um locus propiciador de pertencimento este encontra-se cada vez mais esvaziado, em virtude do crescente número de pessoas desempregadas ou subempregadas independente da formação. Na verdade, até mesmo as Nações Unidas

confirmam que atualmente um terço da força de trabalho no mundo encontra-se ociosa.

Outro ponto a ser considerado sobre o mundo globalizado é que não podemos deixar de admitir a evolução e velocidade nos sistemas propiciadores de trocas e circulação de informação ---- afinal um item que se refere a nossa área exclusivamente e nos faz pensar e tentar propor formas e alternativas de atuação não só com as novas **tecnologias**, mas também em direção à idéia de revitalização dos “antigos” formatos de comunicação, tentando propor quais seriam seus papéis diante do quadro geral.

Mas também temos que pensar no que se tem transformado a imprensa, bem como o trabalho, o exercício da profissão dos jornalistas e, conseqüentemente, sua formação. E isto a partir dos dados já disponíveis, como o da pesquisa recentemente realizada pela firma Greenfield Online entre 4.350 americanos com acesso à Internet. A pesquisa constatou que 70% dos entrevistados entram na rede várias vezes na semana logo depois de chegar do trabalho; 25% ficam na rede quase a noite toda. E a constatação, que interessava ao mercado publicitário em especial, é de que a Web começa a ameaçar o hábito americano de assistir a televisão, porque metade dos entrevistados passa menos tempo à frente da TV, enquanto 19% deles declararam que, para eles, a Internet é mais importante que a televisão.

Por outro lado, infelizmente ainda pode-se detectar nesse campo (tanto na atuação quanto na pesquisa acadêmica) um certo **delírio tecnológico**, responsável inclusive por pesquisas abstrusas e com um volume espantoso, considerando que estamos concretamente falando de 115 milhões de usuários no mundo todo, o que significa menos de cinco por cento da população atual - ( mais exatamente 2% ) que têm acesso e sabem, efetivamente, manipular e “navegar” pela pela rede. Entretanto, é inegável – e a mídia especializada traz dados sempre recentes – o quanto tem sido promissor o mercado via rede. Isto tem de tal forma influenciado as nossas vidas que podemos, sem dificuldade, constatar como de uma maneira geral todos os negócios tradicionais transformaram-se em “www ponto com”. O mesmo ocorre com a variedade de negócios que tem sido criados e, principalmente o quanto são jovens os empresários virtuais.

Evidentemente, nos interessam as novas tecnologias, mas concretamente supomos que já é hora de começar a discutir e trabalhar com a idéia da “Pós-virtualidade”, no sentido de tráfegar pelas suas infindáveis possibilidades informacionais, aproveitar os poderes da velocidade e eficiência dos contato e busca temática. Entretanto, não nos é permitido deixar

de avaliar a conformação de uma nova cognição, que necessariamente passa a vigorar, e analisar seriamente os novos contornos éticas que se apresentam. Isto porque, dentre os diversos mapeamentos do perfil da “**geração digital**”, está como preocupação primeira a da **felicidade**.

Por geração digital, entende-se, em síntese: aquela que mais acesso teve à informação até hoje, que faz uso diário da Internet, tanto do e-mail, quanto de suas múltiplas possibilidades informacionais. Esse mapeamento pode ser considerado um dos mais aproximativos, já que é elaborado a partir do interesse das grandes empresas investidoras no mercado jovem. A pesquisa divulgada no ano passado previa que o que realmente importa para esse grupo apto para o consumo, formado por jovens de classe média e média alta, é ser feliz, mesmo sabendo que poucos terão empregos e que o futuro é bastante incerto.

Exatamente num momento histórico em que as vinculações e o pertencimento são substituídos por uma postura auto-intitulada nova, aporta também uma nova ética e instala-se um novo projeto relacional tanto entre os indivíduos como com o território. Caracterizam esse momento o total esvaziamento das relações, um desinteresse progressivo com tudo que diga respeito à tradição e às marcas geracionais. Esse panorama estabelece uma sintonia harmônica com o projeto maior de finalização dos contratos sociais, principalmente aqueles até então sob a custódia do Estado. A preocupação desmedida com o futuro transforma em algo nebuloso o presente e o passado, sob a pecha de anacronismo.

Essa visão parcial e integralmente comprometida com o progresso é perversa na medida em que rompe com o que o definia --- os ideais humanista do Iluminismo. E essa reengenharia funcionalista, também e de forma definitiva, molda as relações interpessoais. É característico desses tempos a falta de elán que norteia esta "nova"ética, que inclusive torna repetitivo o saber. Este, agora apenas se contenta com o conhecimento pautado em citações e incapaz de avançar um pouco analiticamente.

Bom, mas afinal o que toda essa questão, centrada na compreensão de um mundo em que a funcionalidade, a instrumentalidade e a eficácia dos resultados são as tônicas determinantes, pode ter a ver com uma proposta que posicionada no lado oposto ao da lógica do mercado e do consumo. Por que é certo, falar de COMUNIDADE GERATIVA implica esboçar uma idéia que tente olhar atentamente para a cada vez mais populosa horda dos excluídos da euforia globalista, entendida aqui muito mais como uma atuante agência

de viagens ---- o turismo aliás é um dos mercados em ascensão – do que o real compartilhamento de um mesmo lugar , no caso: o planeta.

Para falar de comunitarismo, primeiramente é necessário definir o que constitui uma comunidade. Esta questão faz-se importante porque hoje se fala demais, talvez excessivamente em comunidade, mas seu uso vem sempre lastreado pelo entendimento da Escola de Chicago, que desde a década de 50 tem tratado os pequenos grupamentos humanos ou grupos movidos por relações específicas de comunidade.

Uma vez que o propósito é inicialmente de definição, torna-se importante recorrer, com o intuito de demarcar o terreno, ao entendimento do que constitui a **hermenêutica** proposta pelo filósofo italiano Gianni Vattimo. Isto porque, a proposta desse filósofo italiano está centrada na preocupação em produzir uma “ontologia da atualidade” e nomeia sua proposição como uma hermenêutica niilista, já que está ancorada no pensamento dos filósofos alemães Heidegger e Nietzsche.

É preciso lembrar que, por hermenêutica, entende-se a preocupação com a decifração, com o entendimento da história por meio da sua interpretação. Na história da **hermenêutica**, tem-se um primeiro momento marcado basicamente por preocupações técnicas com esta decifração, considerando como textos decifráveis a Bíblia e os textos jurídicos. Um segundo momento é capaz de incluir a compreensão do sujeito e todo o seu contexto como parte integrante desse processo.

Vattimo tem basicamente trabalhado com a hermenêutica, sendo professor dessa cadeira na Universidade de Turim, foi aluno e tradutor do filósofo hermenêutico clássico alemão Hans George Gadamer e aluno com Umberto Eco de Luigi Pareyson, um filósofo italiano cuja hermenêutica está centrada na estética e na construção de uma ontologia da liberdade. Este “mapa” de Vattimo é necessário porque, para se entender o que é **comunidade**, necessariamente deve-se situar o conceito através dos tempos numa disposição afirmativa de reconhecê-lo como antagônico ao projeto centrado no progresso, na aceitação do darwinismo social e num certo ar de normalidade com que encaramos, quando não defendemos de fato, a idéia de que só existe presente (um pressuposto que traz a marca do virtual).

Entretanto, dentre suas primeiras críticas às várias linhas existentes, ainda na década de 60, quando em sua tese de doutoramento, estudando um outro filósofo do romantismo

alemão, Friedrich Schleiermacher, ele criticava **“o problema da interpretação é não ter nunca olhado os discursos que se fazem da vida quotidiana e sobre os quais todos temos a impressão de ter uma certa compreensão natural”**.

É interessante examinar a idéia de comunidade a partir de dois representantes de um período histórico como o romantismo alemão, porque quando em seu “Monólogo” **Schleiermacher** traça uma distinção entre os “filhos do espírito” e os “filhos do mundo” está utilizando-se de duas características que depois serão retrabalhadas pelo seu conterrâneo, o sociólogo Ferdinand **Tonnies**, o primeiro a marcar a diferença básica entre comunidade (Gemeinschaft) e sociedade (Gesellschaft).

Já a partir dessas duas visões, pode-se detectar uma compreensão do que seria comunidade em oposição à sociedade, na medida em que a primeira pauta-se pela integração do indivíduo ao lugar, sua vinculação aos laços de sangue, sua preocupação com a tradicionalidade, os costumes e hábitos que deviam ser seguidos, com a família; ao passo que a segunda visão está comprometida com o trabalho socialmente organizado, o cumprimento dos contratos, o progresso; impregna-se da visão monetária, que inclusive se justifica legalmente a partir da jurisprudência, que tudo dimensiona dentro da lógica do universal.

A lógica comunitária é a do particular, na medida em que também tenta resgatar as relações pessoais, numa tentativa de reduzir o super-indivíduo, justificado pelo consumo, por uma lógica individualista e até mesmo pela esfera do direito privado. Neste horizonte, com a racionalidade moderna, compõe-se a unidade sem diferença, a história se perde, o sujeito torna-se autocentrado, desvinculado do seu território.

Não é possível aqui, expor as várias formas e pressupostos pelos quais se pode estudar o conceito de comunidade. Mas certamente agora é o momento para se implementar projetos, quaisquer que sejam eles, baseados no cooperativismo, na tolerância, na fraternidade e na solidariedade. A idéia é olhar em torno, objetivamente e com a certeza de que de que é premente fazer algo. Isto tem mobilizado não apenas ativistas políticos e voluntários, mas alguns influentes teóricos, como o filósofo americano pragmatista Richard Rorty que, dissertando sobre a solidariedade, relembra a naturalidade do pronome **nós**, o qual representa um passo a ser dado pela atual civilização.

Para o pensador americano, o que está em questão é que o sentido de solidariedade é mais forte quando se pensa nos objetos da solidariedade como se fossem “um de nós “. “Nós

“ significa algo de menor e mais local do que a raça humana, ou seja aquela pessoa que faz parte do meu cotidiano. Ele reconhece que há uma utilização na idéia de uma solidariedade, que é pensada como a capacidade de ver cada vez mais diferenças tradicionais (tradicionais, religião, raça, costumes) como não importantes, em comparação com semelhanças no que diz respeito à dor e à humilhação . Ou seja, a incapacidade de pensar em pessoas muito diferentes de nós como estando incluídas na esfera do “nós”. Por esta razão, sua proposta é bastante prática, argumenta que o intelectual deve contribuir no sentido de criar esse sentimento de solidariedade. E sugere como forma a das descrições pormenorizadas de particularidades de dor e humilhação ( seja através de romances, matérias jornalísticas, etnografias, etc).

Há uma linha atual de pensadores **comunitaristas**, muitas dos quais com propostas centradas na idéia de defesa das relações entre os sujeitos, sem deixar de reconhecer a necessidade de uma postura ecológica. Uma preocupação com o ambiente, não como o ideal platônico, mas sim como uma atitude política, necessária inclusive para compor um futuro mais otimista, **reinterpretado**, no sentido de que ordens naturalmente diferentes podem ser conciliáveis. E este processo, definitivamente, só pode ser engendrado via um projeto educacional e comunicacional que valorizem as pequenas e quotidianas ações, o local.

A reinterpretação do conceito de comunidade dentro da forma social hegemônica na contemporaneidade pode contribuir não apenas para indicar os contornos da crise ético-humana que atravessa o atual modelo societário globalista (voltado para a pura aceleração do capital e do tempo), mas também para sugerir pontos-de-fuga coerentes, como o de acomodar valores como fraternidade e solidariedade. Neste sentido talvez seja bom retomar um fragmento do pensamento kantiano que em seu “Tratado Político” quando se questiona quanto custa a fraternidade? “Em termos monetários nada”, diz ele, porque as coisas “que não podem ser comparadas não podem ser trocadas. Não tem preço, mas dignidade”.

Talvez uma maneira positiva e afirmativa para concluir esta exposição seria retomar um pensamento do filósofo italiano Norberto Bobbio. Convidado para participar de um ciclo de conferências sobre a virtude, em Milão, no ano de 1983, Norberto Bobbio decidiu-se por fazer um elogio da “mitemza”, que poderíamos traduzir -- talvez apressadamente -- por brandura ou docilidade. Trata-se de um trabalho da envergadura de um filósofo do porte de



Bobbio, que procura, por meio de diversas abordagens, acercar-se do que define basicamente como a “não violência”.

Numa de suas mais luminosas passagens ele dizia o seguinte: “Amo as pessoas doces, porque são elas que tornam mais habitável esta ‘gaiola’, a ponto de me fazer pensar que uma cidade ideal não seja aquela descrita e imaginada pelos diversos utopistas, que fantasiam com um lugar onde reina uma justiça tão rígida e severa a ponto de se tornar insuportável. Mas me faz acreditar que a cidade ideal seja aquela onde a gentileza dos costumes tenha se tornado uma prática universal”. A idéia da COMUNIDADE GERATIVA entende que essas normas e formas de conduta e comportamento, deixadas de lado, estão convocadas necessariamente, a participar de maneira ativa desse projeto, que acima de tudo preocupa-se com o futuro da humanidade.

## BIBLIOGRAFIA:

1. PAIVA, Raquel. O espírito comum – comunidade, mídia, e globalismo. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003, 2a. edição.
2. WALZER, Michael. Da Tolerância. Trad. Almiro Piseta, São Paulo, Ed. Martins Fontes., 1999.
3. DRUCKER, Peter. Sociedade Pós-Capitalista. Trad. Nivaldo Montingelli Jr, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1995.
4. MLIBAND, David (org.) Reinventando a Esquerda. Trad. Raul Fiker. São Paulo, Ed. Unesp, 1997.
5. HABERMAS, Jürgen e TAYLOR, Charles. Multiculturalismo – lotte per il riconoscimento. Trad. Leonardo Ceppa. Milano, Feltrinelli, 1998.
6. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo, Edusp, 1998.
7. MACINTYRE, Alasdair. Dopo la virtù – saggio di teoria morale. Trad. Paola Capriolo, Milano, Feltrinelli, 1993.
8. TAYLOR, Charles. Le malaise de la modernité. Paris, Du Cerf-Humanités, 1995.
9. SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.b
10. CASSANO, Franco. Approssimazione – esercizio di esperienza dell'altro, Bologna, Mulino, 1989.
11. RORTY, Richard. Contingência, Ironia e Solidariedade, trad. Nuno Ferreira da Fonseca, Lisboa, Ed. Presença, 1989.
12. SEBASTIÁN, Luis de. La solidaridad – guardián de mi hermano. Barcelona, Ed. Ariel, 1996.
13. VATTIMO, Gianni. Etica dell'interpretazione. Torino, Rosenberg e Sellier, 1989
14. ----- . Para além da interpretação – o significado da hermenêutica para a filosofia. Trad. Raquel Paiva, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1999.
15. NUESTRA COMUNIDAD GLOBAL – Informe de la Comisión de Gestión de los Asuntos Públicos Mundiales. Trad. Carlos Rodriguez Brasun, Madrid, Alianza Editorial, 1995.
16. DE MASI, Domenico. (org.) A emoção e a regra – os grupos criativos na Europa. Trad. Elia Ferreira Edel. Brasília, José Olympio e UNB, 1989.

17. BOBBIO, Norberto. Elogio della mitezza. Milano, Linea D'Ombra Edizione, 1993.
18. A EMPRESA DO NOVO MILÊNIO - Revista Exame, Ed. Abril, 199/2000

\* professora adjunta IV da ECO-UFRJ, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ, pesquisadora do CNPq, pós-graduação no CIESPAL em 1985, mestrado e doutorado na ECO, bolsa sanduiche na Università degli Studi di Torino con Gianni Vattimo, escritora, jornalista, coordenadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária - LECC.